



# O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NUMA PERSPETIVA LUSO-BRASILEIRA



**Organização: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
Faculdade de Direito da Universidade do Porto/  
Centro de Investigação Jurídica FDUP**





# Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Rua dos Bragas, 223

4050-123 Porto

Portugal

Google maps: <https://maps.app.goo.gl/NNJcK5odK9QK4gzQ9>



# PLANIFICAÇÃO

Dia 13 de novembro	Dia 14 de novembro	Dia 15 de novembro	Dia 16 de novembro	Dia 17 de novembro
<p><b>10h00:</b> receção e entrega de elementos com códigos de acesso, plano da semana e informações gerais</p> <p><b>10h30 – 12h30:</b> CONFERÊNCIA DE ABERTURA “O Estado de Direito Democrático e a procedimentalização da vontade administrativa”.</p> <p>Moderação: Prof. Doutor Paulo de Tarso Domingues (Diretor da FDUP)</p> <p>Oradores: Prof. Doutor Fernando Menezes (USP) Prof. Doutor Marcos Perez (USP) Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho (FDUP)</p> <p><b>14h30 – 15h30:</b> <i>Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho</i></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. O artigo 267.º, n.º 5 da Constituição da República Portuguesa e a legislação portuguesa do procedimento administrativo, em especial o Código do Procedimento Administrativo.</li><li>2. Âmbito de aplicação do Código do Procedimento Administrativo.</li></ol>	<p><b>10h30 às 13h00:</b> <i>Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho</i></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Os procedimentos previstos no Código do Procedimento Administrativo.</li><li>2. Princípios e deveres procedimentais e princípios gerais da atividade administrativa: em especial o dever de boa administração, o princípio da imparcialidade e as garantias de imparcialidade no procedimento administrativo.</li></ol> <p style="text-align: center;"><b>TARDE LIVRE</b></p>	<p><b>10h30 às 12h00:</b> <i>Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho</i></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Fases do procedimento administrativo, em especial, a fase de instrução e a fase de audiência prévia.</li><li>2. Indicação de jurisprudência para análise no dia 16 de novembro.</li></ol> <p><b>12h00 às 13h00:</b> <i>Mestre Adriana Sabença</i> “Os mecanismos de celeridade procedimental, em especial, as conferências procedimentais”</p> <p style="text-align: center;"><b>TARDE LIVRE</b></p>	<p><b>10h30 às 12h00:</b> Discussão de casos.</p> <p style="text-align: center;"><b>TARDE LIVRE</b></p>	<p><b>10h15 às 11h15:</b> <i>Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho</i> Mecanismos de reação administrativa</p> <p><b>11h30 às 12h30:</b> As garantias de imparcialidade no procedimento administrativo <i>Dra. Joana Costa e Nora, Juíza de Direito do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto</i></p> <p><b>14h30 às 16h00:</b> MESA REDONDA DE ENCERRAMENTO sobre o controlo (administrativo e jurisdicional) do procedimento administrativo</p> <p>Moderação: Prof. Doutor Miguel Pestana de Vasconcelos (Professor da FDUP e Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas)</p> <p>Oradores: Prof. Doutor Fernando Menezes (USP) Prof. Doutor Marcos Perez (USP) Prof.ª Doutora Juliana Ferraz Coutinho (FDUP)</p>



Noções prévias sobre o ordenamento  
jurídico-administrativo português



- A distinção clara entre procedimento administrativo e processo judicial: o exercício da função administrativa cabe à Administração Pública e é absolutamente procedimentalizado, não se confundindo com o exercício da função jurisdicional
- O Código do Procedimento Administrativo (CPA) como o regime geral do procedimento administrativo, sem prejuízo dos regimes especiais previstos, caso em que se aplica subsidiariamente
- Os tribunais administrativos como verdadeiros órgãos do poder judicial: a dualidade de jurisdições dos países de tradição romano-germânica, como sucede com Portugal
- O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais ([https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=418&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=418&tabela=leis)) e o Código do Processo dos Tribunais Administrativos ([https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2248&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2248&tabela=leis)) são a legislação processual própria dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal



## Legislação relevante



Constituição da República Portuguesa, disponível em [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=4&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis)

Código do Procedimento Administrativo, disponível em [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2248&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2248&tabela=leis)





# Bibliografia inicial





ANA FERNANDA NEVES, A articulação do CPA com a “Lei de Processo Administrativo da União Europeia” em construção, in Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo, Volume I, 3a ed., Lisboa, AAFDL, 2016, pp.139 a 166.

COLAÇO ANTUNES, A Ciência Jurídica Administrativa, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 391 a 421.

J. J. GOMES CANOTILHO, Procedimento administrativo e defesa do ambiente, in Revista de Legislação e de Jurisprudência. n.º 3798, p. 169 e seguintes.

JULIANA FERRAZ COUTINHO, "O responsável pelo procedimento administrativo", in Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2015, pp. 323 e seguintes; “Verdade procedimental vs verdade real?! O controlo dos tribunais administrativos sobre os factos e a prova. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 8 de outubro de 2018 (Processo 035/12.0BECBR 0812/18)”, in Revista de Direito Administrativo, ano II, n.º 5, Lisboa, AAFDL, 2019, página 100 a 108. 17; “Direito Administrativo de transição”, in Estudos Comemorativos dos 20 anos da FDUP, vol. II, Almedina, 2017, pp. 5 e 27; "Adjudicar ou não adjudicar, eis a questão", in Comentários ao Novo Código dos Contratos Públicos, Lisboa, AAFDL, 2017, pp. 577 a 605.

MIGUEL PRATA ROQUE, "O procedimento administrativo eletrónico", in Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2015, p. 377 e seguintes

PAULO OTERO, “Direito do procedimento administrativo”, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, páginas 65 a 133.



# Jurisprudência inicial



# Jurisprudência do Tribunal Constitucional

- Acórdão n.º 499/2009, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20090499.html>
- Acórdão n.º 382/10, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20100382.html>
- Acórdão n.º 73/2012, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20120073.html>



# Jurisprudência dos tribunais administrativos

- Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA) n.º 2/2016, de 18 de fevereiro de 2016 (Processo 0581/11), disponível em <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/51e9781fe0b7066580257f6400501ed7?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 2 de junho de 2023, Processo 03210/19.3BEPRT, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/2bbd0ea3a1131863802589d3004b3127?OpenDocument>